

Declaração dos direitos do homem

Direitos Humanos

A. Eustáquio Corrêa

Reflexão e júbilo marcam o dia 10 de dezembro, data em que se comemoram os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução número 217 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Os seus 30 artigos emergiram de um mundo abalado com os abusos cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. A reação da humanidade ao caos está vazada nesses artigos, cujo sentido está mais atual do que nunca. Eles reconhecem e elevam a dignidade do homem e de seus direitos iguais e inalienáveis, colocando-os como fundamento da liberdade, da justiça e da paz do mundo.

O Brasil sempre se esforçou para cumpri-los, mas as ações ganharam objetividade e força nos últimos anos. Recentemente, por exemplo, atendendo recomendação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993, cujo comitê de Redação foi presidido pelo nosso país, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou — em 13 de maio deste ano — o Programa Nacional dos Direitos Humanos para, como afirmou, construir um Brasil mais justo. Desde o início de seu governo, o Presidente da República ressaltou várias vezes que, no limiar do século XXI, a luta pela liberdade e pela democracia tem um nome específico: chama-se Direitos Humanos. Neste ano, ele anunciou nada menos que 229 ações em execução. A maior parte delas tem por objetivo estancar, como citou o presidente, a banalização da morte, seja ela no trânsito, na fila do pronto-socorro, dentro de presídios ou nas chacinas de crianças e trabalhadores rurais. Mas há também aquelas que pregam uma Justiça mais eficiente, de modo a assegurar mais efetivo acesso da população ao Poder Judiciário e o combate à impunidade. O governo e a sociedade estão mais

do que nunca conscientes de que não há como conciliar democracia com injustiças sociais.

É motivo de júbilo constatar a preocupação e a eficaz ação do governo na promoção dos direitos humanos. E, agora, vemos que a comunidade internacional volta mais uma vez seus olhos para o Brasil, desta vez para reconhecer os esforços na área. A ONU deverá conceder no próximo dia 10 de dezembro o Prêmio dos Direitos Humanos 1998 ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, paladino das causas que dizem respeito aos direitos do homem e das liberdades fundamentais. É uma honra muito grande para o Brasil. O prêmio só é distribuído a cada cinco anos, sob rigorosos critérios de julgamento. Poucas personalidades o receberam até hoje. Entre elas, estão Nelson Mandela e Martin Luther King.

De forma obstinada, José Gregori trabalhou na elaboração do Programa Nacional dos Direitos Humanos. Em sua última visita à Imprensa Nacional, quando da assinatura do convênio para aplicação do Telecurso 2000 a servidores da instituição, Gregori falou sobre o motor para desenvolver e assegurar os direitos do homem: o ensino, a educação. Na ocasião, criticou a programação da tevê brasileira, que, segundo ele, é pobre na alavancagem dos valores que interessam ao progresso moral, espiritual e educativo das famílias.

Nos esforços governamentais, grande destaque deve ser dado ao trabalho do Ministério da Educação e do Desporto. Dados do Censo Escolar 1998 dão conta de que o Brasil já está atingindo uma taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 95,8% da população na faixa entre 7 e 14 anos. Trata-se de um grande avanço. Um dos principais artigos, o 26, da Declaração Universal dos Direitos

Humanos é o que trata justamente do ensino. "A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz", diz a declaração, fruto do consenso de 48 Estados. A educação dá, enfim, dignidade ao homem.

O Poder Público se esforça ao máximo para oferecer essa instrução, consciente da grave observação da Organização Internacional do Trabalho de que hoje a saída para reduzir o desemprego está no investimento em treinamento e na educação da mão-de-obra. O Ministério da Administração e Reforma do Estado acaba de firmar convênio com a Fundação Roberto Marinho e com a FIESP para que 133.216 servidores públicos federais que ainda não completaram o primeiro e segundo graus tenham acesso às aulas do Telecurso 2000. "Até o ano 2003, todos os funcionários públicos federais terão completado pelo menos o segundo grau", diz a ex-ministra Cláudia Costin. O esforço não pára por aí. O Conselho Nacional de Educação examina alternativas para o vestibular, baseado na Lei de Diretrizes e Bases, redigida pelo saudoso Darci Ribeiro, e inspirado na bem-sucedida experiência da Universidade de Brasília, o Programa de Avaliação Seriada, adotado em 1997. No Distrito Federal, criou-se a Bolsa-Escola, com expressivos resultados e reconhecimento internacional.

No esforço de oferecer instrução para dar dignidade ao homem, destaca-se, e muito, a participação da sociedade civil e até de cidadãos anôni-

mos. Em Icapuí, cidade de 17 mil habitantes no litoral do Ceará, a taxa de analfabetismo da população era de 70% há 13 anos. Hoje, é de apenas 14%. O feito se deve ao trabalho de assembleias comunitárias, cujas ações foram respaldadas pelo governo local. Outro exemplo, a professora Cláudia Maria Pereira, de Franco da Rocha — uma das cidades mais violentas e carentes da Grande São Paulo — recebeu no Dia do Professor, em Brasília, o prêmio Incentivo à Educação Fundamental. Ela criou um método para ensinar matemática baseado na experiência de vida e no conhecimento prático das crianças. Mais um exemplo dignificante que traz esperanças de um mundo melhor: um ex-menino de rua e hoje promotor na pequena Paripiranga, Bahia, está provocando verdadeira revolução educacional no município. O promotor Gildásio Amorim ameaça, com o Código Penal nas mãos, processar todos os pais que têm filhos entre 5 e 14 anos fora das salas de aula.

Diante da violência da globalização econômica que se choca com a globalização dos direitos humanos, ações como essas são pontes para nova civilização, para um país mais justo, capaz de combater a exclusão social com desenvolvimento. Não há dúvida de que o paradigma econômico tem implicado violação à universalidade e indivisibilidade dos direitos do homem. A solução para o grave impasse está no ensino, na educação. Este é, portanto, o momento de todos os Estados e nações refletirem sobre pontos como esse, renovando, reafirmando, o seu compromisso com a suprema prevalência dos direitos humanos contida numa sábia declaração de 30 artigos.

■ A. Eustáquio Corrêa é diretor-geral da Imprensa Nacional